

ATA DA 663ª SESSÃO PLENÁRIA
ORDINÁRIADO CONSELHO FEDERAL DE
ECONOMIA, REALIZADA NOS DIAS 27 E 28
DE MARÇO DE 2015, EM BRASÍLIA-DF.

PARTICIPANTES: Economistas Paulo Dantas da Costa, Presidente, Júlio Flávio Gameiro Miragaya, Vice-Presidente, e os Conselheiros Federais: Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Celina Martins Ramalho, Eduardo José Monteiro da Costa, Erivaldo Lopes do Vale, Fábio José Ferreira da Silva, Francisco Assunção e Silva, Jin Whan Oh, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Luiz Amaral Machado, Luiz Alberto de Souza Aranha Machado, Nelson Pamplona da Rosa, Odisnei Antônio Béga, Airton Soares Costa, Paulo Salvatore Ponzini, Róridan Penido Duarte e Sebastião Demuner. Participaram, ainda, o Superintendente José Carlos de Godoy Júnior, a Coordenadora de Apoio ao Sistema Aline Tales Ferreira, o Procurador Chefe Marcus Vilmon Teixeira dos Santos, as Advogadas Marília Andrade Rosa Abrantes e Susana Souza Oliveira, o Contador Antonio Tolentino, o Jornalista Manoel José Castanho, a Assessora de Imprensa Natália Lepsch Kenupp de Souza, a Assessora Jane Lopes da Silva e os Assistentes Administrativos Daniel Nunes de Oliveira e Ana Claudia Ramos Pinto. **1. DEBATE DE CONJUNTURA ECONÔMICA: 1.1. Tema:** O papel das micro e pequenas empresas para o desenvolvimento econômico do Brasil e o modelo tributário. Debatedor convidado: Bruno Quick - Gerente de Políticas Públicas do Sebrae. Coordenação: Conselheiro Francisco Assunção e Silva. O debate foi transmitido pela emissora TV Economista, pertencente à Ordem dos Economistas do Brasil. **2. ABERTURA DA 663ª SESSÃO PLENÁRIA:** Às dez horas do dia vinte e sete de março de 2015, em Brasília-DF, o Presidente do Cofecon, Economista Paulo Dantas da Costa iniciou os trabalhos da Sexcentésima Sexagésima Terceira Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia. **2.1. Apresentação de justificativas de ausências e votação:** Conselheiro Antônio Melki Júnior, submetido a procedimento cirúrgico, substituído pela Conselheira Regina Lúcia Gadioli dos Santos; Conselheiro Paulo Hermance Paiva, devido a compromisso anteriormente agendado, substituído pelo Conselheiro Airton Soares Costa. Em votação, as ausências e substituições foram aprovadas. **3. EXPEDIENTE: 3.1. Ata da Sessão Plenária anterior:** leitura, emendas e aprovação da ata da 662ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Cofecon, realizada nos dias 30 e 31 de janeiro de 2015, em Brasília-DF. Após os ajustes sugeridos a ata foi aprovada. Deixaram de votar os Conselheiros Regina Lúcia Gadioli dos Santos e Airton Soares Costa, pois não estavam presentes na Plenária anterior. **3.2. Informes da Presidência: Apoio Institucional - Participação em Eventos:** Presidente Paulo Dantas da Costa: - PLS 658/2007: Informou que houve o desarquivamento do PLS 658/2007 e indicação de relatoria junto à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal e que foi nomeado como relator o Senador Romero Jucá. - Eleições Eletrônicas (projeto piloto 2015): Informou que o processo licitatório está em andamento e que a realização da eleição eletrônica será um ganho significativo para o sistema, principalmente na questão da segurança. - Contrato Cofecon X Banco do Brasil: Informou sobre a descentralização do convênio a partir de 30.6.2014. Informou também da dificuldade das negociações e que o Cofecon já entrou com ação judicial em desfavor do Banco. - Nova Sede Cofecon: conclusão do projeto arquitetônico. Informou que o projeto está pronto e agora vai ser lançado o edital para contratação da empresa que irá construir a nova sede, e que, conforme solicitado, será nomeado fiscal para acompanhamento da obra e das despesas. **Apoio Institucional - Participação em Eventos:** Presidente Paulo Dantas da Costa participou: - Lançamento do “Programa Bem Mais Simples Brasil” e do Sistema Nacional de Baixa Integrada de Empresas, organizado pela Secretaria da Micro e Pequena Empresa - Presidência da República, na ocasião o Presidente esteve acompanhado dos funcionários do Cofecon José Carlos de Godoy

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

51 Júnior (Superintendente) e Manoel José Castanho (Jornalista) (26.2.2015 - Brasília-DF). -
52 Solenidade de posse da diretoria eleita para o período de 2015/2018 da Confederação Nacional dos
53 Trabalhadores Liberais Universitários - CNTU (10.3.2015 - Memorial JK, Brasília-DF). - 40ª
54 Reunião Ordinária e Palestra sobre “Transparência e Enfrentamento da Corrupção”, promovida pelo
55 Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas - Conselhão (19.3.2015 - Sede do
56 Cofeci, Brasília-DF). Vice-Presidente Júlio Flávio Gameiro Miragaya participou: - Cerimônia de
57 posse da Presidência e de 1/3 dos Conselheiros promovida pelo Corecon-MG (6.2.2015 - na sede do
58 Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG). Conselheiros
59 Federais/Regionais - Representação Institucional: - Conselheira Regional Fabíola Andréa Leite de
60 Paula (Corecon-RN): Solenidade de Posse e entrega de certificados ao Presidente, Vice-Presidente e
61 aos Conselheiros Regionais do Corecon-RN, eleitos para o triênio 2015/2017, ocasião em que foi
62 ministrada palestra pelo Secretário Estadual de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos,
63 Economista José Mairton Figueiredo de França, com o tema “Desenvolvimento e Disponibilidade
64 Hídrica” (2.2.2015 - Corecon-RN, Natal-RN). - Conselheiro Paulo Salvatore Ponzini: participou das
65 solenidades: 34 anos do Conselho Regional de Economia de Mato Grosso do Sul; e lançamento da
66 publicação da Revista dos Índices Econômicos de Campo Grande-MS (11.3.2015 - Campo Grande-
67 MS). - Conselheiro Nelson Pamplona da Rosa: Reunião do Conselho de Economia da FIESC -
68 Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (11.3.2015 - Florianópolis-SC). - Conselheira
69 Mônica Beraldo Fabrício da Silva: Jornada de Educação Financeira, promovida pela Revista Gestão
70 Cooperativa e Mais Ativos Educação Financeira (12.3.2015 - Brasília-DF). - Conselheira Regional
71 Maria Cristina de Araújo (Corecon-DF): Mesa Redonda com o tema “Demandas da Sociedade Civil
72 Organizada para 2015” da Comissão de Legislação Participativa - CLP (18.3.2015 - Plenário 3 da
73 Câmara dos Deputados, Brasília-DF); e de Reunião do Conselho Político da Auditoria Cidadã da
74 Dívida (24.3.2015 - Brasília-DF). Colaboradores e Funcionários do Cofecon - Representação
75 Institucional: - Economista Roberto Bocaccio Piscitelli: 1ª Sessão Ordinária do Coaf no exercício
76 de 2015 (90ª Sessão Ordinária); e Cerimônia de Entrega de Diploma de Mérito do Conselho de
77 Controle de Atividades Financeiras - Coaf (4.2.2015 e 3.3.2015, respectivamente - Brasília-DF). -
78 Superintendente José Carlos de Godoy Júnior: Solenidade de posse do Presidente do Crea-DF,
79 Engenheiro Civil e Segurança do Trabalho, Flavio Correia Sousa (6.2.2015 - Brasília-DF). **3.3.**
80 **Informes dos Coordenadores de Comissão Temática e Conselheiros Federais**: - Conselheiro Jin
81 Whan Oh: Elogiou a atuação do Presidente na condução dos trabalhos do PLS 658/2007. No
82 entanto, ponderou que, quando representava o Cofecon nas reuniões do Fórum dos Conselhos de
83 Profissões Regulamentadas (Conselhão), que reúne representantes de várias outras autarquias de
84 fiscalização profissional para debate, entre outros assuntos, priorizava a atenção e a articulação em
85 torno de 3 matérias: 1. PLS 658/2007; 2. Forma de vínculo legal dos funcionários nos Conselhos
86 Profissionais; e 3. Supersimples. Participava dessas reuniões acompanhado do Assessor Jurídico do
87 Cofecon, Dr. Marcus Vilmon Teixeira dos Santos, e reportava os detalhes do andamento dessas
88 matérias nas reuniões das comissões temáticas convocadas pelo Presidente do Cofecon. Tendo sido
89 substituído na representação junto ao Conselhão há cerca de 2 anos, manifestou seu desapontamento
90 com o desfecho da nova regulamentação do Supersimples. Fez referência à apresentação do Gerente
91 do Sebrae, ocorrida no início do dia, em que ficou claro que na questão do Supersimples, os
92 economistas “ganharam, mas não levaram”. Não obstante a suposta conquista de inclusão das
93 atividades dos economistas entre os enquadráveis no regime do Supersimples, o enquadramento se
94 deu na tabela VI (de alíquotas de tributação), que pouca vantagem traz à nossa categoria. O
95 resultado foi muito diferente da estratégia que defendia, de alinhamento com outros Conselhos mais
96 influentes na esfera legislativa, tais como os de contadores, corretores de imóveis, corretores de
97 seguros e advogados, para o enquadramento conjunto em tabelas com alíquotas tributárias muito
98 mais vantajosas. Registrou, assim, sua frustração pela oportunidade perdida e que dificilmente se
99 abrirá novamente uma oportunidade igual, mas ressaltou a importância de o Cofecon persistir no
100 esforço de reenquadramento para uma tabela mais favorável, pois é um dos benefícios mais

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

101 relevantes que podemos proporcionar aos profissionais economistas. Num aparte, o Presidente
102 Paulo Dantas da Costa informou que, depois da aprovação da tabela, que produziu melhorias
103 relevantes apenas para algumas categorias profissionais, o reenquadramento dentro do Supersimples
104 tornou-se assunto delicado dentro do Conselhão. Completou o Presidente que a promessa é de que a
105 tabela seria revista, mas até o momento ninguém mais se pronunciou sobre o assunto. Considera
106 desconcertante que cada grupo profissional receba tratamento diferenciado, dependendo da força
107 que exerce juntos aos parlamentares. Passando em seguida aos assuntos da Comissão de
108 Comunicação e Eventos, o Conselheiro Jin Whan Oh informou que o plano de trabalho pressupõe a
109 continuidade do trabalho iniciado no ano anterior, e que será pautado pelo objetivo de consolidar o
110 Cofecon como órgão consultivo nacional no âmbito das questões econômicas, tal qual a “Visão”
111 formulada em nosso Planejamento Estratégico: “Ser referência como entidade profissional que
112 contribui de forma decisiva para o desenvolvimento econômico com justiça social”. Também
113 enfatizou o papel instrumental da Comissão de Comunicação, como alavanca e ferramenta de
114 execução das ações estratégicas das demais comissões, notadamente as de Educação, Política
115 Econômica e Planejamento Estratégico. Comentou os dois principais canais de comunicação: o
116 meio digital, onde a presença do Conselho ainda tímida e pode ser bastante ampliada, e a Revista
117 Economistas. A revista hoje é de publicação quadrimestral, com o desafio de aumentar essa
118 frequência e a tiragem que hoje é de apenas dez mil exemplares, bem como ampliar o conteúdo de
119 cada publicação. O Conselheiro solicitou aos demais que ajudassem na produção de artigos para
120 publicação na revista, inclusive entrando em contato com economistas conhecidos para a elaboração
121 de artigos e resenhas. Observou que nas revistas de outros conselhos profissionais existem espaços
122 de anúncios publicitários, e que caberia um “benchmarking” de como buscar essa nova fonte de
123 receita que poderia viabilizar a produção ampliada da revista de forma autossustentável do ponto de
124 vista dos custos de produção. Falou também da necessidade de definir o foco da Semana do
125 Economista. Sugeriu que a campanha de 2015 tivesse como alvo os estudantes de graduação e de
126 segundo grau. Por fim, informou que o Corecon-SP não irá aderir ao processo de votação eletrônica
127 neste primeiro ano de sua implementação. O Conselheiro Erivaldo Lopes do Vale comunicou a
128 formalização de denúncias, no Corecon-AM, contra empresas que prestam consultoria junto ao
129 Banco da Amazônia. O Ministério Público estadual demandou o Corecon-AM que fizesse nota
130 técnica sobre a importância dos impostos sobre a cesta básica em Manaus. Outra demanda foi em
131 relação ao preço da ciclovia construída na capital. Por fim, informou que o Governador do
132 Amazonas, que é economista, não nomeou economistas para as Secretarias do Estado e que, depois
133 de todos os Secretários serem empossados, irá se manifestar formalmente sobre o assunto. O
134 Conselheiro Júlio Flávio Gameiro Miragaya parabenizou a atuação da Comissão de Política
135 Econômica e da Assessoria de Imprensa do Cofecon pelo sucesso do trabalho na divulgação da nota
136 sobre o PIB. O Conselheiro Paulo Salvatore Ponzini destacou que o trabalho está começando a dar
137 frutos, porque quando representou o Presidente no evento do 34º ano do Corecon-MS, dois
138 convênios foram assinados junto à Prefeitura de Campo Grande, por meio da Secretaria de
139 Desenvolvimento Econômico. O Corecon produziu material sobre os índices de Campo Grande e
140 contou com o envolvimento das faculdades na elaboração do material. Outro trabalho importante
141 para os economistas é que os projetos junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
142 Desenvolvimento Econômico agora devem ser registrados no Corecon por meio da ART. O
143 Conselheiro Róridan Penido Duarte informou que o Corecon-MG vai aderir ao projeto de votação
144 eletrônica e questionou sobre a participação dos demais Corecons no Encontro de Funcionários do
145 Sistema. O Presidente esclareceu que os Regionais com menos de mil ECVs - Economistas em
146 Condições de Voto - terão as despesas arcadas pelo Cofecon. A Conselheira Celina Martins
147 Ramalho relatou as atividades a serem desenvolvidas pela Comissão de Educação durante o ano e
148 afirmou que estão avançados os trabalhos referentes à realização do XXI Prêmio Brasil de
149 Economia e da V Gincana Nacional de Economia. Outras duas atividades que estão em andamento
150 são a realização de cursos à distância para capacitação do profissional economista e a realização de

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

151 uma sessão especial com os coordenadores dos cursos de graduação de economia durante o CBE. O
152 Presidente abordou a questão do oferecimento de cursos à distância para aprimoramento dos
153 economistas. Os Conselheiros Celina Martins Ramalho e Luiz Alberto de Souza Aranha Machado
154 irão a Santa Catarina analisar como funcionam os cursos de graduação à distância. O Conselheiro
155 Eivaldo Lopes do Vale solicitou que o Cofecon encaminhasse correspondência para a Universidade
156 Estadual do Amazonas para parabenizar a formatura de alunos graduados nessa modalidade e que
157 incentivasse a abertura de novas turmas. Devido à relevância do tema, o Presidente optou pelo
158 encaminhamento da questão para a Comissão de Educação, para análise e posterior manifestação
159 sobre o assunto. **4. ORDEM DO DIA: 4.1. Discussão e aprovação da nota do Cofecon sobre**
160 **ajuste fiscal.** Relator: Conselheiro Francisco de Assunção e Silva. Após ampla discussão e
161 aprovação, a nota ficou com o seguinte teor: “CRESCIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL
162 DEVE SER IMEDIATAMENTE RETOMADO - O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu
163 em 2014, segundo o IBGE, tão somente 0,1%, com forte desaceleração em relação a 2013 (2,7%).
164 O Conselho Federal de Economia entende que este ritmo de crescimento de nossa economia,
165 expresso na queda do PIB per capita de 0,7%, está muito aquém das necessidades do país e da
166 geração de empregos. A análise do desempenho setorial do PIB, pela ótica da oferta, revela que o
167 pior desempenho foi do setor industrial, com queda de 1,2%, e que, não obstante o forte
168 crescimento da indústria extrativa mineral (8,7%), decorreu do péssimo resultado da indústria de
169 transformação (queda de 3,8%) e do grupo composto pela construção civil, energia, gás, água e
170 esgoto (queda de 2,6%). O setor de serviços teve crescimento de 0,7%, com destaque positivo nos
171 segmentos de serviços de informação (4,6%) e atividades imobiliárias (3,3%) e negativo do
172 comércio (-1,8%). Já o setor agropecuário teve crescimento modesto, de 0,4%. Pela ótica da
173 demanda, embora tenha havido expansão do consumo das famílias (0,9%), ocorreu uma forte
174 desaceleração em relação a 2013 (2,9%). O mesmo se deu no consumo do governo (crescimento de
175 1,3% contra 2,2% em 2013). Já a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) teve queda de 4,4%,
176 levando sua participação no PIB a recuar de 20,5% em 2013 para 19,7% em 2014. Neste momento
177 em que o governo federal promove um ajuste fiscal, o Cofecon revela sua preocupação com a
178 possibilidade de as medidas propostas virem a comprometer a necessária retomada do crescimento
179 econômico. O Brasil está carente de uma política econômica de longo prazo, resistente no tempo,
180 cujo objetivo seja promover o crescimento da economia e proporcionar a redução da pobreza e da
181 desigualdade social e elevar o bem-estar da população brasileira. O Governo Federal tem
182 constantemente tomado decisões de política econômica de curto prazo, com base em conveniências
183 conjunturais. Assim, nesses últimos anos, num contexto internacional de oscilação econômica, a
184 gestão anterior foi marcada por medidas que, a rigor, não surtiram os efeitos esperados:
185 desonerações fiscais; manutenção artificial de importantes preços da economia, como combustíveis
186 e energia; e elevação dos gastos de capital e correntes, mas sem compensação de receita, o que
187 resultou em deterioração das contas públicas e elevação das expectativas de inflação. Esse contexto
188 levou à proposição de ações de ajuste fiscal e monetário, muito embora parte delas ainda em
189 tramitação no Congresso Nacional. Os sinais que chegam do mercado são de pessimismo, com
190 empresários adiando projetos de investimentos em razão dos elevados juros e baixa competitividade
191 enquanto, de outro lado, trabalhadores sofrem com a perspectiva de redução dos salários reais e
192 desemprego, determinada pelo crescimento da inflação e queda nos resultados das empresas, que se
193 reflete no desempenho insatisfatório do PIB. Nesse cenário, soa preocupante e inaceitável a
194 perspectiva que se avizinha de elevação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que já sofreu
195 majoração em dezembro, constringendo ainda mais um elemento fundamental de política creditícia
196 e dificultando a retomada do investimento produtivo no país. O objetivo da equipe econômica é
197 alcançar, em 2015, superávit primário correspondente a 1,2% do PIB, ou R\$ 66,3 bilhões, sendo R\$
198 55,3 bilhões advindos da União e o restante dos estados e municípios. Esse montante corresponde a
199 tão somente cerca de 20% dos gastos com juros da dívida pública. Dito de outra forma, o ajuste
200 fiscal será feito com sacrifício do setor produtivo, com consequências mais profundas para a classe

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

201 trabalhadora, em prol do setor financeiro, promovendo a transferência de recursos do primeiro para
202 o segundo. Vale ainda destacar que a prática de gerar superávits primários eterniza uma situação
203 favorável aos rentistas, credores dos títulos da dívida pública, uma vez que a manutenção de altas
204 taxas de juros eleva o valor total da dívida pública. Uma das consequências prováveis será a
205 redução do volume de recursos a serem transferidos pela União e, portanto, os estados e municípios
206 tenderão a realizar esforço fiscal maior, a partir da utilização de outros mecanismos para elevação
207 da arrecadação, assim como a racionalização de despesas. É de se esperar também que cortes de
208 subsídios e em programas de grande impacto social, como o Minha Casa Minha Vida, gerem
209 consequências negativas no nível de emprego e na aquisição de insumos da indústria, impactando
210 negativamente o dinamismo econômico. Diligentes com a nossa missão institucional, alertamos
211 quanto aos possíveis desalinhamentos que essa política econômica poderá causar aos setores
212 produtivos com efeito direto nas condições de trabalho e de vida da sociedade brasileira”. **4.2.**
213 **Alteração do Manual de Procedimentos Contábeis do Sistema Cofecon/Corecons** (Processo:
214 15.914/2013). Relator: Conselheiro Róridan Penido Duarte. Demanda da Comissão de Tomada de
215 Contas para que se inclua no Manual de Procedimentos Contábeis a exigência da apresentação de
216 determinados documentos referentes à certidão negativa por parte daqueles que estão prestando
217 contas, nos seguintes termos: “Incluir o seguinte inciso XV ao § 1º do artigo 17 da Resolução nº
218 1.841: “XV - prova de regularidade com a Fazenda Federal e a Seguridade Social - Certidão de
219 Regularidade Fiscal RFB/PGFN; com as Fazendas Estadual e Municipal; com o Fundo de Garantia
220 por Tempo de Serviço (FGTS) - Certificado de Regularidade do FGTS; e trabalhista - Certidão
221 Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT”. Incluir o seguinte inciso XVIII ao §1º do artigo 19 da
222 Resolução nº 1.841: “XVIII - prova de regularidade com a Fazenda Federal e a Seguridade Social -
223 Certidão de Regularidade Fiscal RFB/PGFN; com as Fazendas Estadual e Municipal; com o Fundo
224 de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - Certificado de Regularidade do FGTS; e trabalhista -
225 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.” Em votação, as alterações foram aprovadas.
226 **4.3. XXI Congresso Brasileiro de Economia - Definições dos Comitês** (Processo: 16.727/2014).
227 Relator: Presidente Paulo Dantas da Costa. O Presidente propõe a ratificação das indicações dos
228 integrantes dos Comitês que compõem a Comissão Organizadora do XXI CBE, conforme segue: “I
229 - Comitê Executivo - Paulo Dantas da Costa (Presidente do Cofecon), Júlio Flávio Gameiro
230 Miragaya (Vice-Presidente do Cofecon), Sérgio Guimarães Hardy (Presidente do Corecon-PR) e
231 Eduardo Moreira Garcia (Vice-Presidente do Corecon-PR); II - Comitê Operacional - Amarildo de
232 Souza Santos (Gerente Executivo do Corecon-PR), Mauri Hidalgo (Fiscal do Corecon-PR) e Aline
233 Tales Ferreira (Coordenadora de Apoio ao Sistema); III - Comitê Científico - Lucas Lautert Dezordi
234 (Conselheiro do Corecon-PR), Maria de Fátima Miranda (Conselheira do Cofecon e do Corecon-
235 PR), Celina Martins Ramalho (Conselheira do Cofecon), Luiz Alberto de Souza Aranha Machado
236 (Conselheiro do Cofecon) e Alfredo Meneghetti Neto (Conselheiro do Corecon-RS); IV - Comitê
237 de Divulgação e Recepção - Sérgio Guimarães Hardy (Presidente do Corecon-PR), Celso Machado
238 (Conselheiro do Corecon-PR), Erivaldo Lopes do Vale (Conselheiro do Cofecon) e Flavio Lopes
239 Perfeito (Conselheiro do Corecon-SC); V - Comitê Financeiro - Carlos Magno Andrioli Bittencourt
240 (Conselheiro do Corecon-PR), Eduardo Moreira Garcia (Conselheiro do Corecon-PR), Eduardo
241 André Cosentino (Conselheiro do Corecon-PR) e Odisnei Antônio Béga (Conselheiro do
242 Cofecon).” Em votação, a proposta foi aprovada. **4.4. Alteração do Manual de Arrecadação do**
243 **Sistema Cofecon/Corecons - Homologação da inexigibilidade de débitos aprovados pelo**
244 **Plenário dos Conselhos Regionais** (Processo: 15.293/2011). Relator: Conselheiro Róridan Penido
245 Duarte. Numa das atualizações do Manual de Arrecadação foi retirada a questão da ratificação de
246 algum tipo de inexigibilidade de débito, como remissão. Visto que o Cofecon também é atingido
247 por essa remissão, é coerente que o processo suba para ratificação. Assim sendo a proposta é de
248 alterar o artigo 17 do Manual de Arrecadação do Sistema Cofecon/Corecons, aprovado pela
249 Resolução 1.853/2011, que passará a vigorar acrescido do seguinte parágrafo: “Parágrafo Único. O
250 reconhecimento da inexigibilidade de débitos prevista neste artigo, aprovado pelo Plenário do

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

251 Conselho Regional, deverá ser submetido ao Conselho Federal de Economia para homologação”.

252 Em votação, a proposta foi aprovada. **4.5. Acordo Coletivo de Trabalho dos funcionários do**

253 **Cofecon - Definição do aumento real** (Processo: 16.913/2015). Relator: Vice-Presidente Júlio

254 Flávio Gameiro Miragaya. Após ampla discussão foi decidido que seriam alteradas as cláusulas do

255 Acordo Coletivo de Trabalho conforme segue: “CLÁUSULA PRIMEIRA - REAJUSTE REAL:

256 Fica estipulado o aumento real de 2% (dois por cento) a todos os empregados do Conselho Federal

257 de Economia adicionalmente à recomposição salarial concedida, correspondente ao INPC

258 acumulado entre maio de 2014 e fevereiro de 2015. Parágrafo Único. O reajuste mencionado no

259 caput do presente artigo será pago retroativamente a partir de 1º de março de 2015. Auxílio Saúde -

260 CLÁUSULA SEGUNDA - ASSISTÊNCIA MEDICO-HOSPITALAR E ODONTOLÓGICO:

261 Ficam revogados os termos do parágrafo quarto da cláusula décima terceira - Assistência Médico

262 hospitalar e odontológico. Disposições Gerais. Outras Disposições - CLÁUSULA TERCEIRA -

263 RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS: As partes ratificam todas as demais cláusulas e

264 condições estabelecidas no Acordo Coletivo de Trabalho ora aditado”. Em votação, a proposta foi

265 aprovada. **5. PAUTA COMPLEMENTAR: 5.1. Correspondências: 5.1.1. Correspondências**

266 **recebidas e expedidas:** não houve destaque. **6. APRECIACÃO DE PROCESSOS**

267 **ADMINISTRATIVOS E CONTÁBEIS: 6.1. Comissão de Tomada de Contas:** Relator:

268 Conselheiro José Luiz Amaral Machado. Homologar os processos relativos à Prestação de Contas

269 dos seguintes Conselhos Regionais de Economia: Processo: 16.454/2014 (Corecon-AM), Assunto:

270 Prestação de Contas de 2013; Processo: 16.853/2015 (Cofecon), Assunto: Prestação de Contas de

271 2014; Processo: 16.889/2015 (Corecon-RS), Assunto: Prestação de Contas de 2014; Processo:

272 16.895/2015 (Corecon-MG), Assunto: Prestação de Contas de 2014; Processo: 16.896/2015

273 (Corecon-RJ), Assunto: Prestação de Contas de 2014; Processo: 16.897/2015 (Corecon-PI),

274 Assunto: Prestação de Contas de 2014; Processo: 16.898/2015 (Corecon-SC), Assunto: Prestação de

275 Contas de 2014; Processo: 16.899/2015 (Corecon-PE), Assunto: Prestação de Contas de 2014;

276 Processo: 16.907/2015 (Corecon-RN), Assunto: Prestação de Contas de 2014. Homologar os

277 Balancetes dos seguintes Conselhos Regionais de Economia: Processo: 16.486/2014 (Corecon-TO),

278 Assunto: Balancete 1º Trimestre 2014; Processo: 16.660/2014 (Corecon-TO), Assunto: Balancete 2º

279 Trimestre 2014; Processo: 16.697/2014 (Corecon-AM), Assunto: Balancete 2º Trimestre 2014;

280 Processo: 16.801/2014 (Corecon-PA), Assunto: Balancete 2º Trimestre 2014; Processo:

281 16.792/2014 (Corecon-TO), Assunto: Balancete 3º Trimestre 2014; Processo: 16.796/2014

282 (Corecon-AC), Assunto: Balancete 3º Trimestre 2014; Processo: 16.797/2014 (Corecon-BA),

283 Assunto: Balancete 3º Trimestre 2014; Processo: 16.803/2014 (Corecon-AM), Assunto: Balancete

284 3º Trimestre 2014; Processo: 16.809/2014 (Corecon-MS), Assunto: Balancete 3º Trimestre 2014;

285 Processo: 16.826/2014 (Corecon-PA), Assunto: Balancete 3º Trimestre 2014; Processo:

286 16.827/2014 (Corecon-AL), Assunto: Balancete 3º Trimestre 2014; Processo: 16.839/2014

287 (Corecon-CE), Assunto: Balancete 3º Trimestre 2014; Processo: 16.845/2014 (Corecon-RO),

288 Assunto: Balancete 3º Trimestre 2014; Processo: 16.852/2014 (Corecon-GO), Assunto: Balancete

289 3º Trimestre 2014. Homologar as Reformulações e as Propostas Orçamentárias dos seguintes

290 Conselhos Regionais de Economia: Processo: 16.846/2014 (Corecon-RO), Assunto: Reformulação

291 Orçamentária 2014; Processo: 16.900/2015 (Corecon-AC), Assunto: Reformulação Orçamentária

292 2014; Processo: 16.790/2013 (Corecon-AC), Assunto: Proposta Orçamentária 2015; Processo:

293 16.798/2014 (Corecon-BA), Assunto: Proposta Orçamentária 2015; Processo: 16.806/2014

294 (Corecon-MA), Assunto: Proposta Orçamentária 2015; Processo: 16.812/2014 (Corecon-RN),

295 Assunto: Proposta Orçamentária 2015; Processo: 16.838/2014 (Corecon-GO), Assunto: Proposta

296 Orçamentária 2015; Processo: 16.844/2015 (Corecon-PI), Assunto: Proposta Orçamentária 2015;

297 Processo: 16.847/2015 (Corecon-RO), Assunto: Proposta Orçamentária 2015; Processo:

298 16.862/2015 (Corecon-CE), Assunto: Proposta Orçamentária 2015; Processo: 16.879/2015

299 (Corecon-SE), Assunto: Proposta Orçamentária 2015; Processo: 16.892/2014 (Corecon-AL),

300 Assunto: Proposta Orçamentária 2015. Homologar as prestações de contas relativas aos Prêmios de

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

301 Monografia dos seguintes Conselhos Regionais de Economia: Processo: 16.438/2014 (Corecon-
302 AL), Assunto: Prêmio de Monografia; Processo: 16.589/2014 (Corecon-RO), Assunto: Prêmio de
303 Monografia; Processo: 16.670/2014 (Corecon-MA), Assunto: Prêmio de Monografia; Processo:
304 16.735/2014 (Corecon-RS), Assunto: Prêmio de Monografia. Em votação, os processos foram
305 aprovados. O Conselheiro José Luiz Amaral Machado pediu para constar em ata as seguintes
306 pendências dos Conselhos Regionais de Economia: - Falta da prestação de contas do exercício de
307 2014: SP, BA, PR, CE, DF, AL, AM, MT, MA, SE, ES, GO, AC, RO, AP e RR. - Prestação de
308 contas do exercício de 2014 que estão em diligências: PA, MS, PB e TO. - Falta da proposta
309 orçamentária de 2015: DF e RR. - Propostas orçamentárias de 2015 que estão em diligência: PA,
310 MT e AP. O Conselheiro solicitou que o Presidente encaminhe expediente a esses conselhos
311 regionais cobrando as peças pendentes e alertando quanto às eventuais sanções que podem ser
312 aplicadas. O Conselheiro Júlio Flávio Gameiro Miragaya sugeriu que se cobre dos Conselhos
313 Regionais o custo da Tomada de Contas Especial, caso haja essa sanção por não encaminhamento
314 de peças contábeis no prazo estipulado. **6.2. Comissão de Fiscalização e Registro Profissional:**
315 Relator: Conselheiro Odisnei Antônio Béga. Indeferir remissão de débito: Processo: 16.387/2014
316 (Corecon-RJ), Interessado: Nero Figueiredo Junior; Processo: 16.464/2014 (Corecon-RJ),
317 Interessado: Sérgio dos Santos Silva; Processo: 16.557/2014 (Corecon-RJ), Interessado: Augusto
318 Jorge Rosa; Processo: 16.561/2014 (Corecon-RJ), Interessada: Ligia Maria do Amaral Mangeon.
319 Indeferir recurso de cancelamento de registro: Processo: 16.285/2013 (Corecon-SP), Interessada:
320 HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários; Processo: 16.286/2013 (Corecon-SP),
321 Interessada: HSBC Finance Brasil S.A; Processo: 16.334/2014 (Corecon-SP), Interessada:
322 Spinnaker Capital; Processo: 16.386/2014 (Corecon-RJ), Interessado: Paulo Roberto Pereira de
323 Souza; Processo: 16.562/2014 (Corecon-SP), Interessada: Brazilian Mortgages Companhia;
324 Processo: 16.564/2014 (Corecon-SP), Interessado: André Felipe Demenek; Processo: 16.673/2014
325 (Corecon-RJ), Interessada: Tassia Gazé Holquin. Deferir recurso de cancelamento de registro e
326 remissão de débito: Processo: 16.332/2014 (Corecon-SP), Interessado: Amarílio Duque Sobrinho;
327 Processo: 16.333/2014 (Corecon-SP), Interessado: Oswaldo Kuchla de Souto; Processo:
328 16.442/2014 (Corecon-SP), Interessado: Sergio Lamarca Junior; Processo: 16.462/2014 (Corecon-
329 SC), Interessado: Antonio Jose Pires; Processo: 16.483/2014 (Corecon-MG), Interessado: Darbas
330 José Coutinho. Indeferir recurso de cancelamento de registro e remissão de débito: Processo:
331 16.560/2014 (Corecon-RJ), Interessada: Maria José de Araújo. Indeferir recurso de exercício ilegal
332 da profissão: Processo: 16.335/2014 (Corecon-SP), Interessada: Argumento Administração de
333 Carteira de Títulos e Valores Mobiliários; Processo: 16.336/2014 (Corecon-SP), Interessado: Carlos
334 Eduardo Sampaio Lofrano; Processo: 16.405/2014 (Corecon-RJ), Interessada: XP Gestão de
335 Recursos; Processo: 16.406/2014 (Corecon-RJ), Interessado: Antonio Eduardo de Carvalho
336 Loureiro; Processo: 16.407/2014 (Corecon-RJ), Interessado: Nicolas Poletti; Processo: 16.412/2014
337 (Corecon-RJ), Interessada: Number One Sociedade Corretora de Câmbio Ltda.; Processo:
338 16.500/2014 (Corecon-SC), Interessado: Rafael Pereira; Processo: 16.501/2014 (Corecon-SC),
339 Interessado: Ingo Ristow; Processo: 16.510/2014 (Corecon-RJ), Interessada: Real Economia
340 Consultoria Econômica Ltda.; Processo: 16.512/2014 (Corecon-RJ), Interessada: Sommar DTVM
341 Ltda. (Monetar DTVM). Relator: João Manoel Gonçalves Barbosa: Indeferir recurso de exercício
342 ilegal da profissão: Processo: 16.190/2013 (Corecon-RJ), Interessada: Continental Brasil Indústria
343 Automotiva Ltda. Em votação, os processos foram aprovados. O Conselheiro Paulo Salvatore
344 Ponzini pediu vista do Processo: 16.672/2014 (Corecon-RJ), cujo interessado é Rodrigo da Silva
345 Faria. O processo deverá ser apreciado na próxima plenária. **6.3. Comissão de Educação:** Relatora:
346 Conselheira Celina Martins Ramalho. Conceder auxílio financeiro: Processo: 16.834/2014
347 (Fenecon), Evento: VIII ENESE, Valor: R\$ 3.000,00. Em votação, a concessão do auxílio
348 financeiro foi aprovada. **6.4. Comissão de Normas, Legislação e Ação Parlamentar:** Relator:
349 Conselheiro Róridan Penido Duarte. O Processo 16.864/2015, referente ao Regimento Interno do
350 Corecon-MG foi retirado de pauta. **7. OUTROS ASSUNTOS:** O Conselheiro Erivaldo Lopes do

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

351 Vale levantou um questionamento sobre a validade das carteiras profissionais, pois recebeu notícias
352 que existem carteiras que têm validade de apenas um ano. O Presidente encaminhou no sentido de
353 estudar as possíveis situações. **8. ENCERRAMENTO:** E nada mais havendo a tratar, o Presidente
354 do Cofecon, Econ. Paulo Dantas da Costa, agradeceu a presença de todos e às doze horas e quarenta
355 minutos deu por encerrados os trabalhos, dos quais eu, Ana Claudia Ramos Pinto, lavrei a presente
356 Ata que, lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelo Presidente da Sessão. Brasília-DF,
357 vinte e oito de março de dois mil e quinze.

358

359

360

361

362

ECON. PAULO DANTAS DA COSTA
Presidente

ANA CLAUDIA RAMOS PINTO
Secretária *ad hoc*